

Gênero: multiplicidade de representações e práticas sociais – ST 38  
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro  
Universidade Federal Fluminense  
Palavras-chave: integralismo; educação feminina; família

### **Projetos de Mulher A Educação Feminina na Família Integralista**

Durante seis anos, entre 1932 e 1938, mulheres e homens de várias partes do Brasil vivenciaram, cotidianamente, o exercício da militância integralista. Famílias inteiras integravam às suas vidas a doutrina da Ação Integralista Brasileira, considerada por muitos estudiosos, o mais importante movimento de massa da primeira metade do século XX no país. Pertencer à AIB significava, além de participar das reuniões, atos públicos e marchas, vestir externa e internamente a “camisa-verde”. Para as mulheres, a “blusa-verde”.

Viver plenamente o integralismo era assumir uma identidade de pertencimento delineada a partir do *Manifesto de Outubro de 1932*, o marco doutrinário fundador. Neste estava especificado a forma de participação no movimento a partir da sua proposta de constituição do Estado Integral. A frase de abertura do *Manifesto*, “*Deus dirige os destinos dos Povos*” e o lema do movimento: “*Deus, Pátria e Família*”, também representava a diretriz a obedecer: a integração do propósito do Estado integralista com sua base espiritualista numa Pátria organicamente constituída pela inserção dos trabalhadores representados corporativamente, educados na moral cristã e tendo a família como seu sustentáculo mais sólido. Nela, de sua solidez e do seu controle quanto à moralidade, primordialmente, a católica, estaria a base de sustentação de toda o restante da sociedade.

A organização da sociedade, segundo o *Manifesto Integralista*, deveria se fazer em grande escala, pela união das células primeiras (a família, o município, as corporações), produzindo a Grande Família Nacional. O sentido que essa relação familiar daria à organização social seria de equilíbrio conciliatório da sociedade. Nela, harmoniosamente acomodados, estariam o indivíduo, a classe profissional, a coletividade, o Estado e a Pátria.

Tendo a família importância primordial na construção de uma *comunidade imaginada*<sup>i</sup> integralista, a mulher assumia papel fundamental: o de mãe, esposa e fortaleza do lar. Para os integralistas, as funções do lar eram destinadas à mulher que nele deveria educar física e moralmente a prole. A sua esfera, no entanto estender-se-ia à escola e a “tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadas e sadias”.<sup>ii</sup>

A importância da mulher na composição do sonhado Estado Integral, e o fato da AIB estimular a participação feminina em atividades políticas e sociais são muito bem estudados por

várias historiadoras. Entre os trabalhos de maior projeção sobre o tema, estão aqueles orientados pela Professora Lídia Possas, a pesquisa sobre a educação integralista de Rosa Maria Cavalari e a análise das fotografias de mulheres no integralismo de Tatiana Bulhões<sup>iii</sup>. Estas análises apontam para a importância da figura feminina na composição da AIB considerando as restrições impostas às mulheres em inícios do século XX e a construção do papel específico da mulher integralista. As definições desta mulher estavam inscritas em todos os documentos e artigos publicados pelo movimento que se referissem à família e ao comportamento feminino na sociedade. Como escreve Lídia Possas, o cenário dos anos 1930, era de tensões e conflito, de alteração de valores e comportamentos “evidenciados pelas novas possibilidades de relações sociais tanto no espaço público como no privado, diante da presença do cosmopolitismo arrebatador, a AIB vinha na contra-mão, com um forte discurso de crítica aos novos tempos (...)”<sup>iv</sup>

Para os integralistas, estas mudanças representavam o avanço das formas materialistas de visão de mundo que ganharam maiores espaços desde fins do século XIX, com as Revoluções americana, Francesa e Industrial. A partir das transformações que trouxera a “era das revoluções”, as questões sociais tornaram-se mais profundas, deixando mais aparentes as misérias materiais e morais da humanidade. Para parte da sociedade, principalmente dos grupos hegemônicos, as respostas a essas questões urgiam, diante do avanço da luta pela participação política dos trabalhadores. E tentativas de respondê-las vinham de diversos setores da sociedade, tanto por vieses mais radicais, quanto pelo lado conservador, dentre estes, a Igreja Católica. Para tentar dar respostas à questão social, o Papa Leão XIII, em 1891, lançaria a *Encíclica Rerum Novarum*. Esta Encíclica, assim como o olhar reflexivo dos pensadores autoritários sobre a que consideram nascente nação brasileira, demarcou os parâmetros do pensamento integralista que, como movimento autoritário e conservador, com características organizacionais e hierárquicas similares às do fascismo europeu, propunha-se lutar contra o liberalismo e o comunismo.

Os argumentos ideológicos e também os apelos ao espiritualismo cristão, chegaram a muitos pontos do país. Segundo o Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado o integralismo teria alcançado, desde as tabas dos índios da Amazônia até os sertões gaúchos<sup>v</sup>. E também iria alcançar uma família do interior do Estado do Rio de Janeiro, a família de Maria Brito da Silva<sup>vi</sup>.

Nascida em 1905, em Cambuci (Rio de Janeiro), Maria viu o alvorecer do Integralismo acompanhando os passos do marido em suas atividades política. Fazendeiro, negociante, vereador na cidade em que moravam, João encantou-se de imediato pelas idéias da AIB, recebendo jornais e livros em sua residência. E a mulher, partilhando das idéias do esposo que se tornara Chefe Municipal, viria a se engajar nas fileiras da organização, assumindo o posto imediatamente subalterno ao do marido: o de Chefe Distrital. Assim, o casal, pouco tempo depois da fundação da

AIB, engajara-se na militância, tendo acesso à doutrina e às decisões da direção, já que representavam o integralismo no município em que viviam.

Ao engajar-se, Maria o fez, a princípio, aderindo à opção do marido. Quando perguntada sobre a primeira lembrança que tinha de seu engajamento na militância respondeu que “entrara na política” influenciada pelo marido: *“A política? Porque meu marido entrou. Ele entrou e levou a corrente toda. Meu marido era muito metido a político”*. O engajamento no quadro da AIB foi feito através do esposo: *“Através dele. Ele que veio, e trouxe o fotógrafo, para que eu tirasse a fotografia para me pôr lá. Tirou minha fotografia, aí que mandei fazer o uniforme.”* Mas Maria, não somente aderiu ao movimento, mas tornou-se Chefe distrital, o que implicava aceitação do restante dos componentes do núcleo sob sua responsabilidade.

No município afastado do centro político do país, as notícias sobre o mundo e o movimento chegavam à família de Maria, através dos jornais e livros da AIB que o marido comprava. O marido também conversava diariamente com a esposa e os filhos sobre o Integralismo. Nas conversas familiares, a doutrina era ensinada a todos. Panfletos, jornais e livros eram de onde os assuntos conversados eram retirados. Maria lembrava-se, principalmente daqueles que falavam sobre a política soviética, manifestando-se contrária às diretrizes comunistas. Assim, através das leituras partilhadas, pais e filhos, que por sua vez, tornaram-se membros da Juventude Integralista, como “Plinianos” participavam ativamente das caravanas, marchas e comícios, que eram propulsores táticos para a arregimentação de novos militantes.

Assim como pai e a mãe, os quatro filhos do casal passaram a ser envolvidos na militância. Dos quatro filhos, três mulheres e, entre elas a mais velha, junto com a mãe, passou a lecionar na Escola do núcleo da AIB em Cambuci. A educação era primordial nesse projeto de construção da família e dela dependeria, também a construção do Estado Integral. Dentre as atividades que procuravam atrair mais simpatizantes à causa do movimento estava a alfabetização de jovens e adultos. Isso agradava a militante que, juntamente com a filha mais velha, ensinava a ler e escrever numerosas pessoas da comunidade.

Maria sentia-se útil e participante do projeto de construção de um novo país:

*“A gente organizava, sabe? Por exemplo, tinha reunião nessa sala. Quando era lá no meio da semana, a gente dava uma aula para quem quisesse, a gente matriculava uma porção de gente. Lizete deu aula para um velhinho de 64 anos e o velho ainda votou. Ele disse: ‘Maior ideal da minha vida era votar!’ (...) A gente passava a mão na pessoa, assim, que ia estudar. Para pegar na mão para ensinar escrever, a pessoa calejada, mas a gente pegava e ensinava. E não tinha esse negócio de escolher, porque aquele é preto não se ensina, que ele é amarelo, não se ensina, que é branco... Não senhora, todo mundo tinha o direito, desde que quisesse aprender, tinha os mesmos direitos.”*

As duas selecionavam horários para ensinar separadamente os alunos: mulheres separadas dos homens. Mulheres que moravam com seus companheiros sem serem casadas participavam das aulas em separado. Perguntada se faziam exigências Maria explicou:

*“Não, desde que a pessoa fosse honesta. Exigia-se que fosse honesta. Naquele tempo não existia essa bandalheira de hoje em dia, não. Procurava-se legalizar e selecionar: - Fulano, você não pode vir à aula tal dia não porque é só de pessoal decente, escolhido. Você vem tal dia assim que eu te ensino.*

*Mas não ficava assim desprezado, não. Dizer que ele não ia aprender, não. Que ele ia aprender, mas separado daqueles, para não contaminar. Se a pessoa, por exemplo, Deus me livre e guarde, uma mulher, uma piranha, como dizem, a gente não ia misturar com as moças decentes, com família, não podia. A gente fazia tudo mais ou menos secreto. Falava: Fulano, olha, você sabe que você não é decente para estar no meio da família. Você faz isso, faz aquilo, faz aquilo outro, mas você vai aprender. Você vem tal dia que terá sua aula..”*

Manter-se ligada às atividades de ensino representava para Maria exercitar as suas possibilidades intelectuais e fazer-se respeitar enquanto professora, carreira que desejou para si e que projetou e fez tornar-se realidade para as quatro filhas que teve.

Maria, provavelmente como muitos militantes, construiu uma imagem do movimento baseada em suas perspectivas pessoais, mais que na análise da doutrina. Desta forma, construiu também um modelo de integralismo cujas bases sólidas estariam sustentadas pela obediência à leitura que fez do lema: “Deus, Pátria e Família”. O modelo de casal integralista com o qual se identificava fora aquele que se compunha do exemplar chefe de família, da dona de casa e mãe cuidadosa, religiosos e amantes da Pátria. E esse modelo delineou suas expectativas de um projeto de vida, estimulando sua adesão ao movimento.

A expectativa de Maria em relação à organização partidária era a da construção de uma nova sociedade para sua família: uma sociedade de oportunidades para o casal e seus filhos. O projeto familiar incluía uma vida com as bases religiosas do catolicismo, a possibilidade de educar as crianças em um país renovado, cujo desenvolvimento significaria melhores condições de vida, com dignidade. Nesse sentido, a depoente entendia o lema “Deus, Pátria e Família”, que para ela, simbolizava seus anseios e o objetivo maior do Integralismo. O sentido que dava a esse lema era de que *Deus* representaria a sua própria convicção religiosa, baseada no catolicismo conservador. Quanto à *Família*, além da proteção e manutenção da instituição, no âmbito da sociedade em geral, o sentido que Maria dava ao termo era o de que o movimento integralista serviria para educar o povo moralmente. A *Pátria*, enquanto casa da Família, deveria passar pela renovação necessária para que os projetos familiares, sob a ordem integralista pudessem vir a acontecer.

Segundo Maria, cabia à mulher o trato do lar, a representação da mãe e suas responsabilidades como a que cria os filhos para o futuro; “*Mulher deve ser, em primeiro lugar, dona de casa! Porque às vezes a pessoa perde o tempo com outras coisas, com programazinhos pequenos, com coisa sem importância, e a família fica desprezada. Eu acho que deve, em primeiro lugar, ser dona de casa, para depois ter mais alguma coisa.*” Opinião endossada por Nilza Perez, uma das poucas mulheres a tornar-se membro da Câmara dos 400, órgão filiado à Direção Nacional da AIB, nos seus artigos publicados na *Revista Anauê*, nos jornais integralistas e no depoimento dado à produção do filme “Soldado de Deus”<sup>vii</sup>: “*A mulher deve valorizar a família*”. Para Nilza Peres, a mulher integralista deveria obedecer à uma hierarquia de valores, entre os quais servir ao esposo e aos filhos.

O fim institucional da AIB, em 1937, não representou para a família de Maria, nem para a militância em geral, como estudos recentes apontam, o fim do integralismo. Ainda ocorriam encontros, embora não tivessem caráter oficial. Somente em maio de 1938, depois da tentativa de golpe contra o Governo Vargas, é que a AIB passou a ser severamente perseguida. Com isso, Maria e seu esposo João, passaram a temer por sua identificação com o movimento, e a família inteira participou da tarefa de destruir as provas de pertencimento à AIB. Foram destruídas armas, documentos, livros, panfletos, camisas verdes e outros símbolos integralistas. A família, assustada com a perseguição policial, mas também com o abandono de parentes próximos e da vizinhança, foi obrigada a deixar a terra em que nasceram e a migrar para lugares antes desconhecido. O fim do integralismo também representou para o casal o fim de um sonho de vida familiar e de nação. A vida da família, portanto, sofreu revezes profundos que, para alguns familiares, estavam diretamente relacionados à participação no movimento integralista.

Maria, que teve quatro filhas, três das quais participantes do movimento, achou tê-las criado obediente ao projeto integralista. As meninas tornaram-se professoras, todas se casaram na Igreja Católica e, segundo Maria fez constar, as suas filhas formaram famílias que seguiram os mesmos ensinamentos que ela acreditou ter-lhes passado: o amor a Deus, à Pátria e à Família. O seu projeto de mulher, com certeza, era compartilhado com outras mulheres militantes e, como tantas outras, acreditou que passava pela educação feminina numa família integralista.

---

<sup>i</sup> O termo *comunidade imaginada* foi introduzido pelos estudos de Benedict Anderson. Refere-se à idéia de constituição da nação como comunidade política imaginada, inerentemente limitada e soberana. Seria imaginada porque a sociedade que dela faz parte vive uma imagem de comunhão. Desta forma, há uma auto-abstração do nacionalismo e as pessoas se reconhecem como comunidade. A construção da nação e do nacionalismo envolve práticas sociais concretas, levando em consideração que são sujeitos históricos que produzem e reproduzem a comunidade imaginada. São criações, como escreveu Anderson, e devem ser reconhecidas pelo estilo em que são imaginadas. Assim sendo, a construção da memória nacional é também a sua definição enquanto comunidade, o que, segundo o historiador britânico, é concebida como fraternidade, pela indistinção da exploração e da desigualdade. Mas isso não significa que não haja, por parte dos

---

setores hegemônicos, um projeto de memória nacional que não se imponha sobre os demais. Em ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>ii</sup> PENNA, Belisário. A mulher, a família, o lar e a escola. Em *Enciclopédia Integralista*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, Discurso do autor no Congresso Nacional Feminino em 1936, p.43.

<sup>iii</sup> Entre os trabalhos de Lúcia Possas estão: *Mulheres, Trens e trilho. Modernidade no sertão paulista*. Bauru: EDUSC, 2001; *O trágico três de outubro. Estudo histórico de um evento*. Bauru: EDUSC, 1992; O integralismo e a mulher. In DOTTA, Renato; POSSAS, Lúcia ; CAVALARI, Rosa Maria F (orgs). *Integralismo: Novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, pp. 107-125. Além de seus trabalhos sobre o tema, a Professora Lúcia Possas vem orientando um número razoável de alunos que estudam vários aspectos da organização e intervenção política da AIB.

De Rosa Maria Feiteiro Cavalari, temos o importante *Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil* (1932 – 1937). Bauru: EDUSC, 1999 e A educação no projeto integralista. Em DOTTA; POSSAS e CAVALARI, *op. cit.*, pp. 89- 106.

Tatiana Bulhões trabalha principalmente com análise da composição da imagem da mulher no integralismo através da fotografia em *Mulheres Integralistas e a Imagem: As representações de feminino na Ação Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, Trabalho de Conclusão de Curso, 2004 (mimeo). Atualmente desenvolve o tema a partir dos enfoques propagandísticos da *Revista Anauê* para a Dissertação de Mestrado.

<sup>iv</sup> POSSAS, Lúcia. O integralismo e a mulher. *op. cit.*, p.109.

<sup>v</sup> Em 1937, os integralistas lançariam sua plataforma eleitoral, com base nos estatutos sistematizados no II Congresso Integralista, em março de 1935, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Na ocasião, Plínio Salgado se candidatou a presidente da República. Com o intuito de promover a divulgação das atividades e o alcance da AIB em todo o Brasil, o jornal *A Offensiva* publicou em 6 de julho de 1937 uma “Folha Corrida”. Nesta, a AIB procurava demonstrar seu estrondoso crescimento ao longo do ano corrente, quando contabilizava 3.246 núcleos municipais que mantinham 3.000 escolas de alfabetização. Os integralistas também contavam com 1.000 ambulatórios médicos, centenas de lactários, inúmeros gabinetes dentários e farmácias. E, em algumas centenas de núcleos ainda funcionavam centros esportivos e bibliotecas. Segundo Salgado, estas ações alcançavam todo o Brasil.

<sup>vi</sup> Os depoimentos de Maia Brito da Silva foram tomados por mim em 1996 e fazem parte do acervo do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Niterói – Rio de Janeiro). Fazem parte do Projeto Militância Política e Gênero.

<sup>vii</sup> O documentário “Soldado de Deus”, foi dirigido por Sérgio Sanz. Reúne depoimentos de velhos e novos integralistas. (2004).